

Portugal é contra a redução da frota comunitária

OJornal
24/5/91 [extrato]

Em cinco anos, as pescas portuguesas passaram do imobilismo total para uma dinâmica de desenvolvimento. E o investimento de 52,5 milhões de contos, nesse período, só no sector privado são disso eloquente testemunho

Ilídio Rocha

Cooperação com os PALOP

mos que era muito importante cooperar com os países com os quais temos relações próximas e com os quais temos afinidades do ponto de vista piscatório. Desse ponto de vista os países africanos de língua oficial portuguesa são claramente aqueles que mais interessam. São países com grandes afinidades históricas e culturais connosco, países relativamente aos quais existe uma vontade genérica do governo português de cooperar, e são países costeiros. Países onde a pesca, pelo menos em alguns deles, assume especial relevância. Por exemplo, a pesca é considerada o petróleo da Guiné, que é um país pesqueiro importante, um pesqueiro rico, nomeadamente no camarão. Assim, desde logo em 1987 iniciámos uma cooperação institucional com esses países, muito em particular com a Guiné-Bissau e com Angola. Estamos inibidos, na nossa qualidade de Estado membro, de fazer acordos de pesca, sob o ponto de vista

económico, mas podemos naturalmente fazer cooperação institucional Estado a Estado. E assim temos vindo a cooperar com esses países no domínio da formação profissional e da investigação científica. Recebemos alunos guineenses, angolanos e moçambicanos na nossa escola de pesca. Temos neste momento a decorrer em Cacheu, na Guiné, um curso de pesca feito por monitores da Escola Portuguesa de Pesca. Temos professores da Escola Portuguesa de Pesca a trabalhar no Instituto Hélder Neto, no Namibe, antiga Moçâmedes, que é uma escola de pesca cujo funcionamento está a ser assegurado em grande parte por professores portugueses. No domínio da investigação científica, um navio do Instituto Nacional de Investigação das Pescas tem feito campanhas de investigação, nomeadamente na Guiné, onde neste momento está a chegar para uma nova campanha. E isto tem tido resultados muito positivos, não só no âmbito da cooperação institucional, como ao nível da cooperação económica. Porque os nossos empresários, ao sentirem que há relações estreitas ao nível político entre Portugal e esses países e que essas relações estão assentes em bases sólidas, sentem mais ânimo para fazerem investimentos nesses países. E isto vem ao encontro da tal vantagem da fixação económica de empresários portugueses em países detentores de recursos. Na Guiné-Bissau formaram-se já quatro sociedades mistas, mesmo antes dos apoios que agora existem. Em Angola há já uma ou duas e há projectos apresentados para mais.

O papel da cooperação

P. — Nesse caminho de internacionalização das nossas empresas de pesca e da procura de novos recursos em zonas longínquas será importante a cooperação, nomeadamente na área da investigação. Que está fazendo Portugal nesse sentido?

R. — Nós, praticamente desde 1987, exactamente dentro desta estratégia que lhe acabo de referir, acha-